

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Do Sr. Alexandre Padilha)

Requer ao Ministro de Estado da Saúde informação quanto à realização da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, marcada para 27 a 31 de maio em Brasília.

Senhor Presidente,

O Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações do Ministro da Saúde:

- 1) Qual a data de início do processo para contratação de empresa para a realização da 6ª CNSI?
- 2) Por que, somente há 45 dias da data marcada para a realização da 6ª CNSI, a Consultoria do Ministério da Saúde se manifestou a respeito do processo de contratação de empresa para a realização do evento?
- 3) O ministério da Saúde se reuniu com representantes da Comissão organizadora do evento para debater os questionamentos levantados pela consultoria jurídica do MS a respeito da empresa contratada para a realização da 6ª CNSI?
- 4) O Ministério da Saúde manterá a realização da 6ª CNSI? A data de realização da Conferência também será mantida?
- 5) Quais providências serão tomadas pelo Ministério da Saúde a fim de assegurar a realização da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena definida para 27 a 31 de maio em Brasília?

JUSTIFICAÇÃO

Na data de 100 dias do atual governo, foi editado o decreto 9.759 que extingue um grande número de conselhos e instâncias de participação social no governo federal, dentre eles o Conselho Nacional de Política Indigenista e a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena. Além disso, no mesmo dia, foi publicizado um parecer da Consultoria Jurídica do ministério da Saúde que questionava o processo de contratação de empresa para a realização da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, marcada para os dias 27 e 31 de maio em Brasília e com previsão de participação de mais 2,2 mil pessoas. A recomendação feita no parecer é de que o processo, aberto em setembro do ano passado, seja revisto, o que inviabilizará a manutenção da data da Conferência.

A realização da Conferência Nacional de Saúde indígena foi decidida há mais de um ano, tendo um de seus pilares a defesa da saúde como direito de todos, que só poderá ser garantida pela manutenção e fortalecimento do SUS. Entre os objetivos da conferência está a atualização da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, publicada em 2002, e a redefinição das diretrizes, no sentido de efetivamente levar em conta as particularidades étnicas e culturais no modelo de atenção à saúde dos povos indígenas.

Décadas de avanços e conquistas de Direitos dos Povos Indígenas no Brasil vêm sendo ameaçados desde o início do atual governo.

Em seu primeiro mês de mandato, a Fundação Nacional do Índio (Funai) foi transferida do Ministério da Justiça para o Ministério de Direitos Humanos, comandada pela pastora evangélica Damares Alves. Além disso, a Funai perdeu a atribuição de demarcações de territórios indígenas, agora submetida ao Ministério da Agricultura, assim como a política de identificação e demarcação de territórios quilombolas. Ou seja, a competência para demarcações de Terras Indígenas foi entregue diretamente ao agronegócio e, a Funai, que deveria ser responsável por uma política de integração e de tutela da população indígena, tem como novo responsável, um defensor da exploração de minérios na região do Xingu, a maior reserva indígena do Brasil.

Na área da saúde, com a expulsão de médicos cubanos do Programa Mais Médicos por Bolsonaro, a população indígena foi a mais afetada. Até o atual momento, diversos DSEIS, principalmente das regiões norte e nordeste, continuam sem médicos, deixando a população indígena sem o devido acesso à saúde, anteriormente coberto pelo Programa Mais Médicos.

Além disso, a estrutura da saúde indígena vinha sendo questionada pelo ministro Mandetta, que ameaçou municipalizar as ações e

extinguir a Sesai. Entretanto, depois de muita pressão do movimento indígena que, o atual ministro recuou.

Diante desses fatos, com a urgência que se faz necessária, requeiro as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, em, 15 de abril de 2019.

ALEXANDRE PADILHA
Deputado Federal PT/SP